



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

A EXPERIÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DA REDE DE VIZINHOS NO SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA

Caio Espíndola Miranda

Polícia Militar de Santa Catarina
Especialista em Gestão em Segurança Pública
4bpm3ciacmt@pm.sc.gov.br

Dorzeli Salete Trzeciak

Universidade Federal de Santa Catarina
Doutorado em Engenharia de Produção
dorzeli@gmail.com

Rudolf Fischer Günther

Polícia Militar de Santa Catarina
Bacharel em Direito e Bacharel em Ciências Policiais
rudolffg@gmail.com



1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) foi criada por Feliciano Nunes Pires por meio da Lei Provincial Nº 12, de 05 de Maio de 1835, com a denominação de Força Policial em substituição aos antigos Corpos de Guardas Municipais Voluntários. A essa incipiente Força Policial cumpria manter a ordem e a tranquilidade públicas e atender às requisições de autoridades judiciárias e policiais. Sua circunscrição se restringia à vila de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e distritos vizinhos (POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, 2017a).

Mais de 100 anos depois, em 1946, as forças públicas ou equivalentes de todo o Brasil ganharam amparo na Constituição Federal, que à época substituiu a denominação Força Pública por Polícia Militar ao mesmo tempo em que atribuía a missão de segurança interna e manutenção da ordem (POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, 2017a).

Já em 1988, a Constituição Federal previu como missão da Polícia Militar (PM), em seu artigo 144: “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todo, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988). A mesma Constituição atribuiu ainda a PM: “a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (BRASIL, 1988).

Com essa extensa abrangência territorial, a PMSC dividiu administrativa e internamente o território catarinense em regiões, como forma de coordenar suas atividades. Assim, ao município de Florianópolis foi atribuída a 1ª Região de Polícia Militar (RPM), em que existem 3 batalhões (BPM), encarregados das áreas continental (22º BPM), norte da ilha (21º BPM) e centro, sul, leste e bacia do Itacorubi (4º BPM). Dentro da área do 4º BPM, portanto, encontram-se 3 subáreas, aos encargos das Companhias (Cia), das quais a 3ª Companhia de Polícia Militar (3ª Cia) é a divisão administrativa responsável pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública no Sul e no Leste da Ilha de Santa Catarina, setores esses aos cuidados de dois Pelotões: Pelotão de Polícia do Sul Pelotão (PPSul) e Pelotão de Polícia do Leste (PPLeste).

Nesse percurso de 182 anos, a PMSC chegou a contar com cerca de 13 mil policiais, até 2000. No decorrer dos anos, vários policiais deixaram as fileiras da corporação (passaram para a reserva remunerada, pereceram em serviço ou fora dele, foram excluídos e outras razões diversas). Já no século XXI, foram realizados concursos, sem com isso chegar a sequer estancar a perda,



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

quanto mais recuperar os 3 mil policiais que saíram ou até aumentar o efetivo. A Tabela 1 ilustra a variação de efetivo.

Tabela 1 - Efetivo PMSC nas últimas décadas

MÊS/ANO	EFETIVO TOTAL
Outubro 1994	12.711
Outubro 2000	13.176
Outubro 2010	11.024
Outubro 2017	10.825

Fonte: Polícia Militar de Santa Catarina (2017b)

Os dados de efetivo podem ser relacionados a outras duas informações, para efeitos de dimensionar os desafios enfrentados pela segurança pública: o crescimento da população e o aumento das estatísticas criminais. A Tabela 2 a seguir mostra a estimativa populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual se pode especular ainda a projeção para 2030, com a de 8.041.587 pessoas.

Tabela 2 – Estimativa do aumento da população catarinense

ANO	POPULAÇÃO ESTIMADA
1994	1.705.889
2000	5.448.736
2010	6.248.436
2017	7.001.161

Fonte: IBGE (2017a, 2017b)

As estatísticas criminais mostram que Santa Catarina, comparativamente a outros Estados da Federação, é bastante seguro. Mas as mesmas estatísticas mostram também que o cenário está mudando. Em particular, na capital Florianópolis, somente até 05 de outubro de 2017, foram registrados 108 homicídios, um aumento de mais de 110% em relação ao ano anterior.

A Tabela 3 fornece dados sobre homicídios com emprego de arma de fogo, indicativos do aumento da violência.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

Tabela 3 – Homicídios em Florianópolis e região metropolitana

ANO	Homicídios/100 mil habitantes
1994	6,7
2000	7,6
2010	16,9
2017	108

Fonte: WAISELFISZ (2016)

Além disso, desde 2016, o orçamento da PMSC sofreu um corte de 31%, recebendo apenas R\$75 milhões dos R\$110 milhões previstos. Aquela que já não era uma polícia rica, sofreu ainda mais esse revés, com nítido prejuízo ao policiamento. Assim, com menos recursos, a PMSC treina menos seu efetivo, dá menos manutenção aos seus equipamentos, circula menos do que poderia e investe menos em inovação dos processos e serviços. Tudo isso deprecia a atividade fim, enxergada no policiamento ostensivo.

Nesse cenário, os homicídios servem como uma espécie de termômetro da violência: um crime de extrema gravidade atingindo números muito acima dos aceitáveis para os padrões internacionais mostram que algum processo em segurança pública não está conforme o necessário. Apesar disso, o grande clamor da população se voltava aos furtos e roubos, porque os homicídios são geralmente praticados em relação a outros crimes, como tráfico de drogas e organizações criminosas. Diferentemente, os furtos atingem uma fração da população não envolvida como autora de crimes.

Isso quer dizer que no PPSul o maior problema de polícia ostensiva enfrentado é de furto à residência. A população era vítima não mais de pequenos furtos de oportunidade ou furtos familiares: mas de grupos criminosos organizados, que invadem as residências e subtraem eletrônicos, joias, dinheiro, roupas, perfumes, animais de estimação, veículos, entre outros objetos.

O prejuízo patrimonial facilmente alcançava a casa dos milhares de reais. Embora o prejuízo fosse grande, o maior impacto sentido pelas pessoas era na sensação de segurança. Elas concluíam que a casa, aquele asilo inviolável, afinal não era segura. O núcleo da intimidade dessas famílias fora violado. Houve até casos em que o impacto na família foi tão grande que elas mudaram de endereço.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

As queixas da população, para além da intranquilidade, incluíam a falta de rondas em seus endereços. Afinal, se a PMSC é polícia de preservação da ordem pública, sua missão deveria ser focada na prevenção, donde a solicitação por mais rondas. Porém, os comandantes logo se viam divididos entre priorizar as localidades mais vulneráveis, em razão da falta de recursos humanos e materiais para a missão, conforme visto anteriormente.

Este foi o desafiante quadro percebido no Pelotão de Polícia do Sul (PPSul), resumido no binômio menos recursos e mais demandas. Num caso como esse, uma solução que atendesse a demanda sem importar em mais gastos e sem exigir mais efetivo parecia improvável; mas foi possível valendo-se da criatividade, empregando recursos já existentes de uma nova maneira. A resposta foi a implantação da Rede de Vizinhos na circunscrição do PPSul. Os métodos e resultados alcançados serão descritos a seguir.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Identificada essa demanda prioritária de furtos no setor Sul da Ilha, e estando claro que não haveria aporte de recursos, a alternativa que restou foi empregar os recursos já disponíveis de uma forma diferente, mais criteriosa. A metodologia empregada foi aplicar a teoria de oportunidade postulada por Felson e Clarke (1998) ao problema de furto identificado.

A teoria das atividades rotineiras iniciou como uma explicação sobre a ocorrência de crimes cuja ação recaía diretamente sobre a vítima. Ela afirma que para esses crimes ocorram deve haver a convergência no tempo e no espaço de três elementos: um agente motivado, uma vítima vulnerável e a ausência de um guardião capaz. Essa teoria considera o agente motivado focado nos outros elementos. O guardião não necessariamente deve ser um policial ou segurança, mas alguém cuja presença ou proximidade desencorajaria a ocorrência de um crime. Assim, uma dona de casa ou um porteiro, um vizinho ou empregado tenderiam pela sua mera presença a ser guardiões. Essa proteção costuma ser desatenta, mas ainda assim tem um grande impacto na prevenção aos crimes. Principalmente, uma vítima está ao risco de um crime na ausência de um guardião (FELSON; CLARKE, 1998, p. 4). Tradução nossa.

Essa teoria surgiu nos EUA e Europa entre 1960 e 1970, quando os televisores, apesar de caros, começaram a se popularizar. Isso levou a um aumento significativo nos arrombamentos à residência, cujo intuito era de subtraí-los ((FELSON; CLARKE, 1998). Analogamente, o Brasil passa por essa experiência na aurora do século XXI, com a popularização e acesso de vários equipamentos eletrônicos, roupas de marca, perfumes e outros objetos.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

Por se tratar de fatos análogos, surgiu o questionamento se a aplicação do já conhecido triângulo do crime (agente motivado, alvo vulnerável e ausência de um guardião) teria aplicação no sul da Ilha de Santa Catarina. De fato, esse guardião não precisava de ser necessariamente a PM. Estava claro que na maioria dos casos, os furtos aconteciam ou deixavam de acontecer conforme houvesse ou não alguém por perto: morador, vizinhos, prestadores de serviços, em resumo, uma testemunha. A partir dessa noção, percebeu-se que era necessário que as próprias vizinhanças cuidassem de si, pois não era possível à PM estar presente ou próxima em muitos dos casos.

Essa aproximação dos vizinhos levou à constituição de grupos de vizinhos com denominações diversas. No sul da Ilha de Santa Catarina, o termo mais recorrente e popular era vizinhança solidária. Isso reaproximou os vizinhos e exigiu um canal de comunicação eficiente. Os desenvolvimentos de tecnologias de internet e telefonia móveis, combinados com redes sociais e aplicativos forneceu a tecnologia necessária, aqui criativamente adaptada para essa demanda de segurança.

Após a própria vizinhança montar esses grupos, eles procuravam e convidavam a PM a participar dos grupos e trocar informações. Nesse momento, essa prática informal começou a ganhar ares de formalidade. Nos grupos do sul da Ilha de Santa Catarina em que a PM participava, os grupos passaram a ser chamados de Vizinho Solidário Interativo, pois havia interação entre PM e população nesses grupos, trocando informações das várias localidades e mesmo funcionando como um canal paralelo de emergência.

Essa participação nos grupos por convite da população levou também a um pequeno acréscimo no atendimento das ocorrências de furto nos locais em que inexistia Rede de Vizinhos. Nesses casos, a guarnição da PM que estivesse atendendo a ocorrência deveria apresentar e explicar o projeto para a vítima como forma de estimulá-la a se aproximar dos vizinhos, criar o próprio grupo e se juntarem à Rede de Vizinhos.

Como o projeto foi muito bem sucedido em todo o Estado de Santa Catarina, o Comando Geral reuniu os procedimentos que eram até então realizados descentralizadamente, organizou e padronizou os métodos, processos e a nomenclatura no Procedimento Operacional Padrão 113



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

(POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, 2016). O projeto Vizinho Solidário Interativo (VSI) passou a se chamar Rede de Vizinhos continua em expansão e colecionando sucessos.

No desenrolar da Rede de Vizinhos no PPSul, tiveram participação o Comandante e o Subcomandante do Batalhão, o Comandante da Companhia, o Comandante de Pelotão e os policiais com serviço de policiamento voltado para a Rede de Vizinhos. A divisão das atribuições envolveu reuniões com as diretorias de logística e pessoal, para solicitação de materiais de serviço e efetivo; a organização da Companhia e do Pelotão, com missões bem claras e definidas, que permitiam que os processos transcorressem sem ruídos na comunicação; a disposição dos policiais do fronte por atender as demandas da população sem perder o ímpeto no combate direto ao crime; entre outras participações. Os policiais envolvidos ficam em constante comunicação e sintonia para ajustar cada pequena demanda, sanear dúvidas, expandir o serviço e otimizar processos.

Dessa forma, a partir do momento em que a PM passou a participar ativamente dos grupos, a condição para se criar a Rede de Vizinhos estava satisfeita. No tópico a seguir será relatada a experiência conforme vivenciada na Sub-área do PPSul.

3 RELATO DA EXPERIÊNCIA

O projeto se iniciou (pela Companhia) na Vila da Cruz – Rio Tavares – circunscrito ao PPLeste. No PPSul, a primeira vizinhança a se organizar com a participação da PM foi a do Morro das Pedras. Semanalmente, desde abril de 2016, um novo grupo era criado com participação da PM. Esse crescimento lento, mas consistente, impôs duas adaptações na rotina de serviço, nomeadamente: uma forma de lidar com essa população participante da Rede e uma reorientação do policiamento para solução de problemas.

Em relação aos furtos, prevenir e reprimir exigia um aprofundamento dos modos de agir, o que requeria uma depuração das informações. Os sistemas de segurança pública fornecem dados e informações úteis tais como local, horário, vítima, objetos envolvidos e pistas, indícios, provas das ocorrências policiais, em particular daquelas de furto. Refinar esses dados poderia identificar padrões que seriam úteis na prevenção e na repressão desses fatos.

O local dos fatos permite identificar onde o policiamento merece maior atenção em um certo momento. Por vários fatores (tão variáveis quanto o tipo de lâmpada utilizada nas vias

públicas, a presença de muros altos e opacos, terrenos baldios, jardins muito fechados, vizinhança de veraneio, presença de comércios, período de férias escolares etc.), os fatos criminosos acontecem mais em determinada localidade do que em outra, em dado momento, como pode ser observado na Tabela 4. Esse conhecimento, permite entre outras coisas, deslocar ou priorizar o policiamento, criando presença real e potencial de polícia, ou seja, previne-se crimes e cria-se maior chance de reprimir caso algum fato aconteça.

Tabela 4 - Furtos à residência por bairros

2016	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	SOMA
SOLIDÃO/C. DENTRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AÇORES	0	1	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	8
PANTANO DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
ARMAÇÃO	0	0	1	2	3	0	0	0	0	0	0	1	7
M. DAS PEDRAS	3	2	3	1	0	0	0	0	0	0	0	1	10
RIBEIRÃO DA ILHA	0	3	1	2	0	0	0	0	0	0	1	1	8
CAMPECHE	15	18	3	9	4	7	0	0	2	3	2	5	68
CAIEIRA B. SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAPERA	0	0	4	1	2	1	0	0	0	0	0	1	9
CARIANOS	8	4	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	18

Fonte: Polícia Militar de Santa Catarina (2017c)

O desafio enfrentado era identificar, em meio a todos os veículos e transeuntes circulando, quais estariam envolvidos ou poderiam estar envolvidos em casos de furtos. Essa identificação se tornou possível pelo estreitamento das relações junto à população local. Decorrido alguns dias do fato, os vizinhos já tinham conversado e sabiam informar mais sobre como aconteceu, carros ou pessoas envolvidos, imagens de câmeras, hora exata e modo de agir.

Em relação ao tempo do crime, foram identificados casos de furto ocorridos durante o dia e durante a noite e se percebeu que os casos de maior gravidade ocorriam durante o dia, em que se levavam vários objetos das residências. Os fatos ocorridos à noite, na quase totalidade dos casos eram de pequenos objetos, alimentos, utensílios do cotidiano.

Pela comparação entre os diversos furtos registrados, a PM estabeleceu três categorias, três padrões ou perfis de autores de furtos: o quadrilheiro, outro por oportunistas bem informados



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

(“letra dada”) e outro por usuários de drogas (“casqueiro” ou “chinelão”). Essa diferenciação não é absoluta, mas é recorrente o suficiente para servir de modelo do que tanto a polícia quanto a população devem observar, a fim de prevenir furtos e entender o que determinou o fato: foi uma quadrilha especializada que se aproveitou da ida do morador à academia? Foi um oportunista que aproveitou o serviço de jardinagem para subtrair um *notebook*? Foi um andarilho que precisava de roupas?

Munidos de informações de fatos já ocorridos ou mesmo de abordagens suspeitas, cria-se um recorte de informação que é útil tanto às guarnições da polícia em serviço quanto a moradores que buscam se prevenir. Com a utilização do canal de comunicação do *WhatsApp*®, perfeitamente adequado a essa finalidade, tornou-se possível comunicar e informar os moradores da vizinhança onde ocorreu o fato. Além disso, o mesmo fato poderia ser divulgado em outras vizinhanças do setor como forma de prevenção e tentativa de localização dos agentes. A sensação de segurança e a prevenção que isso gera não é mensurável. Mas com o auxílio da Rede de Vizinhos, diversos autores e veículos envolvidos nos furtos foram localizados.

As palestras junto à população ocorreram na maioria dos casos na própria rua ou vizinhança. Nessas palestras, com duração de cerca de uma hora, orienta-se a população sobre o funcionamento da Rede de Vizinhos; a diferença entre furtos e roubos; o triângulo do crime e como a população serviria de olhos para PM; o que o serviço permite fazer e o que se pode esperar; vulnerabilidades que possibilitam o fato criminoso; os perfis de autores de furto; saneamento de dúvidas; e estrutura da PMSC. As reuniões de constituição deveriam ser simples, informais, com linguagem simples e clara, sem recursos audiovisuais, *banners*, posters etc., que somente gerariam logística e distração para o que interessava.

Já a mudança interna, de paradigma, de mentalidade, do que deveria ser buscado na atividade fim, envolveu reuniões com as guarnições, a criação de ordens de serviço prevendo rondas nos itinerários e *briefing* e *debriefing* em serviço, geralmente no horário de rendição.

Também ficou evidente na evolução do projeto a necessidade de diferenciar esse serviço dentro do próprio efetivo disponível. Isso incluía ajustes de escala, de forma que atendesse os horários de maior necessidade e a solicitação de mais recursos, em especial PMSC Mobile e adequada viatura. Esse é um dos pontos em que o papel dos Comandante e Subcomandante do



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

Batalhão foi fundamental, pelo endosso das modificações realizadas e a disponibilização e realocação de recursos de forma a atender esse serviço.

Uma guarnição acompanha diretamente os grupos da Rede de Vizinhos, repassando e recebendo informações. Os boletins de ocorrência passaram a contar com maior rigor, com vistas a subsidiar os órgãos judiciais em suas decisões: fotos das cenas de crime de furtos permitiriam provar se tratar de um furto qualificado ou simples. Internamente a comunicação entre as diferentes unidades foi otimizada, pois é sabido que há quadrilhas de abrangência estadual, o que significa, por exemplo, que informações ocorridas no Vale do Itajaí seriam compartilhadas na Rede de Vizinhos do Sul da Ilha.

Esses foram os pontos mais relevantes da experiência da implantação da Rede de Vizinhos no setor do PPSul. Trata-se ainda de experiência recente, com cerca de um ano e meio de existência. Os processos são lapidados e ainda há pontualidades a serem resolvidas. Por exemplo, no PPSul nunca se exigiu um cadastro dos participantes junto à PM. Com a padronização pelo Comando Geral, surgiu essa necessidade, que ainda está em execução.

Outra demanda que surgiu posteriormente à implantação e que já está em dia é a inserção das ruas no PMSC Geo: um sistema de mapeamento dos processos e serviços de policiamento, em que estão cadastradas todas as ruas e cuja plataforma se relacionará futuramente com outros sistemas, como o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e o Sistema de Atendimento e Despacho de Emergências (SADE).

4 CONCLUSÕES

Nesse relato de experiência foi visto como, à despeito de recursos escassos, o emprego de técnicas simples e o uso criativo de tecnologia permitiu dar uma resposta satisfatória ao grave problema de segurança pública que são os furtos.

Ao mesmo tempo em que se observava uma redução do efetivo policial militar, observava-se um crescente nas estatísticas de letalidade violenta e outros crimes. Por fim, a recessão que se abateu sobre o país freou o ritmo da economia, gerando cortes de gastos estatais, com redução também dos recursos materiais disponíveis para o policiamento.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

Com emprego de experiências e conhecimentos decorrentes da metodologia da teoria da oportunidade foi possível entender que motivos levavam a incidência de furtos. Com emprego dessa mesma metodologia, buscou-se alterar o balanço do triângulo do crime, pelo incremento da vigilância pela própria vizinhança. Em seguida, pelo uso da comunicação eficiente que o *WhatsApp*® proporciona, as vizinhanças e a PM começaram a interagir trocando informações.

Por consequência, houve melhoria na comunicação entre a PM e a sociedade o que permitiu um ganho de legitimidade acentuado pela PM, uma ampla aceitação social. Ao mesmo tempo a população é chamada à responsabilidade, mas sem eximir o Estado. Isso significa, na prática, um trabalho de parceria entre a população e a PM.

Em termos de processos, o cuidado no tratamento de qualquer caso de furto significou melhoria no levantamento estatístico, o que trouxe informação útil para constituir conhecimento e melhorar serviço. Foram criadas diferentes classificações para furtos, que foram também separados por localidade. O pós-crime junto às vítimas garantiu que ainda mais informações fossem levantadas, o que permite prevenção por parte da população e da PM, pois sabem exatamente o que ou quem procurar. No âmbito repressivo, o pós crime tem servido para demonstrar a vinculação dos autores a uma série de casos, fornecendo provas de autoria em casos, até então, de difícil elucidação, o que permitiu aproximar a PM também dos órgãos judiciais.

As dificuldades de execução foram as normais a qualquer mudança de processo. A tropa resistiu num primeiro momento a se adaptar às novas rotinas e a compreender a importância da Rede de Vizinhos. Porém, quando as informações começaram a chegar permitindo a elucidação de casos, a resistência foi diminuindo até desaparecer.

Outro problema enfrentado foi rumar ao desconhecido. Não havia padronização ou precedentes, o processo todo era inédito e dúvidas surgiam em relação à legitimidade, à aceitação institucional e eventuais repercussões caso surgisse algum problema. Outro temor, em parte por falta de previsão institucional, seria lidar com as populações já inseridas na Rede de Vizinhos e que fossem vítimas de furtos, sobre como elas reagiriam ao projeto e à instituição. Ocorreram situações assim, mas todos estavam cientes de que a Rede de Vizinhos é uma forma de gestão de risco, uma forma de amenizar um problema, não uma solução perfeita e absoluta.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

A relevância desse relato de experiência está em convidar outras instituições a ouvirem esse clamor da população por mais segurança pública e somar esforços. Uma das maiores dificuldades que a PM enfrenta são as recorrências criminais, os mesmos autores de furtos são presos frequentemente sem que haja uma resposta satisfatória do Estado, ora por não haver local apropriado para cumprimento de sentença, ora porque o arcabouço legislativo é permissivo, ora porque não os processos são morosos e não se atribui valor ou relevância para a resposta estatal aos furtos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.
- FELSON, M.; CLARKE, R. V. **Opportunity makes the thief**: practical theory for crime prevention. Home Office Police Research Series, num. 98. 1998. Disponível em: <<http://www.popcenter.org/library/reading/pdfs/thief.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.
- IBGE. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 1994. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_1994/estimativa_populacao_1994.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017a.
- IBGE. Sinopse do censo demográfico 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=42&dados=0>>. Acesso em: 19 out. 2017b.
- POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Histórico da Polícia Militar de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/institucional/historia/index.html>>. Acesso em: 19 out. 2017a.
- POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Procedimento operacional padrão nº 113**: implantação da Rede de Vizinhos. Florianópolis, 2016.
- POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. Sistema Integrado de Gestão em Recursos Humanos, 2017b.
- POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. 3ª Companhia do 4º BPM, 2017c.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2016**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2016. Disponível em <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 19 out. 2017.